

SISTEMA FAEP



Tinha uma pedra no meio do caminho...da BR-277

Se fosse nos dias atuais, poderíamos sugerir que a BR-277 serviu de inspiração ao escritor Carlos Drummond de Andrade, quando escreveu o poema "No Meio do Caminho". Isso porque o fragmento "No meio do caminho tinha uma pedra / Tinha uma pedra no meio do caminho" converge com a realidade do trecho da rodovia que liga Curitiba ao litoral, já que os motoristas precisam transitar em meia pista desde 14 de outubro de 2022, quando um desmoronamento atingiu o km 42.

Às vésperas de completar seis meses da primeira interdição (depois vieram outras tantas ocorrências), quase nenhuma medida efetiva ocorreu para solucionar a questão. E na proporção inversa da agilidade (ou a falta dela) dos responsáveis pelas soluções, está o aumento dos dissabores enfrentados pelo setor agropecuário do Paraná e mesmo de outros Estados. Afinal, o Porto de Paranaguá é uma das principais portas de saída da produção brasileira, para ganhar o mundo e gerar renda e empregos à sociedade, além de impostos aos governos estadual e federal.

Hoje, diante dos incontáveis acidentes geológicos registrados na estrada BR-277, podemos cravar que os setores que compõem a economia do Paraná, como o agronegócio, estão à mercê de uma briga política, que pouco agrega ao Paraná. Fato é que os problemas enfrentados pelos motoristas que transitam pela rodovia só serão solucionados com o retorno do pedágio. É nítido que o poder público, seja estadual ou federal, não tem capacidade para administrar as nossas rodovias, tamanho o abandono desde novembro de 2021, quando se encerraram as concessões do Anel de Integração.

Desde então, não há manutenção, ambulâncias, serviços de guincho e sinalização. Por outro lado, sobram buracos, mato alto, engarrafamentos, ocorrências geológicas e até, pasmem, afundamento do pavimento. Um retrato do descaso por parte da gestão pública que, apesar dos 25 anos que teve para se preparar para renovar a concessão do pedágio, preferiu esperar, para usar como propaganda política o término da cobrança, e hoje se encontra acuada, batendo cabeça diante das intempéries geológicas. Vale deixar registrado que diversas entidades do setor produtivo, inclusive a FAEP, desde 2018, se posicionaram contra o plano do governo do Paraná de abrir as cancelas de pedágio. Na época, defendemos que fossem firmados aditivos de contrato com as concessionárias a fim de garantir a continuidade do pedágio até nova licitação.

A administração das rodovias no Paraná precisa retornar, de forma urgente, para a mão da iniciativa privada, como acontece em diversos lugares do mundo. Entregar a gestão das estradas para empresas especializadas, que contem com profissionais qualificados, geólogos e engenheiros monitorando as pistas e as encostas e a oferta de serviços primordiais, como ambulâncias e guinchos. Já se passou um ano e meio do fim das concessões, sendo que quase seis meses contabilizando acidentes geológicos, sem uma solução, apesar dos problemas gerados aos motoristas, empresas, setores produtivos e economia. Drummond que me desculpe, mas precisamos tirar a pedra do meio do caminho.

Ágide Meneguette,
presidente do Sistema FAEP/SENAR-PR

Comissão de Orçamento e Finanças passa a ter cinco vereadores

A inclusão de dois novos membros foi necessária em virtude de alterações no Regimento Interno da Casa

Redação com Assessoria

redacao@diariodosudoeste.com.br

Com a alteração de parte do Regimento Interno da Câmara de Vereadores de Pato Branco, por meio da Resolução 5 de 2023, o Legislativo municipal passa a ter dois novos membros da Comissão de Orçamento e Finanças (COF). Com isso, nessa quarta-feira (5), durante a sessão ordinária da Casa, foi realizada a escolha



DIVULGAÇÃO CÂMARA PB

Na sessão, mais de 40 projetos foram lidos

dos novos membros.

Presidida até então por Joeir Bernardi (PSD), e tendo como membros Dirceu Boaretto (Podemos) e Eduardo Dala Costa (MDB), a escolha dos novos integrantes foi feita por meio de sorteio, passando a integrar a COF,

Romulo Faggion (União Brasil) e Januário Koslinski

(PSDB), que passam a integrar a COF.

Grande Expediente

Ao utilizar do Grande Expediente, Claudemir Zanco - Biruba (PL) falou sobre o "Vale-alimentação", pago pelo Município aos servidores e que tem seu valor determinado via decreto mu-

nicipal. De acordo com o vereador, o valor estava sem correção por vários anos e que, após intervenção do Sindicato dos Servidores e Funcionários Públicos Municipais de Pato Branco (Sindiserve), por meio de advogados, houve um aumento, mas que a municipalidade não deixou claro sobre qual ano o aumento se refere, deixando dúvidas aos servidores.

"Então o que estamos pedindo hoje é que o prefeito faça o decreto publicando a atualização do valor do auxílio-alimentação, no valor de R\$ 253,19, que ele ainda não fez, para não gerar mais uma ação, já que nós já temos duas em andamento", afirmou Biruba.

Comitiva do Paraná defende recursos para investimentos no campo

AEN

Recursos para investimentos no campo, trabalho de prevenção à gripe aviária, a abertura de mercado para as proteínas animais no Exterior e infraestrutura foram os assuntos tratados pela comitiva paranaense com o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro, nesta terça-feira (4), em Brasília. Participaram do encontro a equipe Sistema Estadual de Agricultura (Seagri) e entidades representativas do setor.

"A tônica da conversa foi recursos para investimento, a custos que sejam absorvidos pelo setor. Temos o entendimento de que

o Brasil vai continuar crescendo no agro, mas é preciso, dentro do espaço fiscal que o Brasil tem, que não se descuide da boa política agrícola para a nova safra", disse o secretário estadual da Agricultura e do Abastecimento, Norberto Ortigara. "Foram defendidas políticas agrícolas importantes para o futuro do setor", afirmou.

A comitiva falou sobre algumas dificuldades do meio rural, em especial no que diz respeito à armazenagem. Foi apresentado ao ministro um levantamento acerca da alta ocupação destes espaços no Paraná. "Fizemos um pedido especial que seja contemplada a es-

trutura de armazenamento, e também infraestrutura e logística de transporte para absorver a safra", explicou o presidente do Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado do Paraná (Ocepar), José Roberto Ricken.

Representando o setor privado, o diretor-executivo do Sindicato das Indústrias de Produtos Avícolas do Estado do Paraná (Sindiavi-par), Inácio Kroetz, também participou da reunião.

Recursos

Em fevereiro, o Paraná encaminhou um documento ao Ministério com sugestões para a formulação do Plano Safra 2023/2024, que apre-

senta em detalhes o que as entidades representantes dos produtores paranaenses acreditam que seja adequado para promover o reequilíbrio de recursos destinados a custeio, investimentos e comercialização.

Na avaliação de Ortigara, a reunião foi positiva e ajudou a mostrar a importância do agro paranaense. "Foi uma conversa muito focada naquilo que é relevante para o Brasil, que é ser bom na produção de alimentos. Esperamos que de fato possamos ter um adequado fluxo dentro da política agrícola de recursos, que é muito importante para economia do Brasil", completa.

Governo revisa regras do saneamento para atrair R\$ 120 bilhões

Agência Brasil

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assina, nessa quarta-feira (5), em cerimônia no Palácio do Planalto, dois decretos que regulamentam o setor de saneamento do país. O objetivo é destravar e atrair R\$ 120 bilhões em investimentos públicos e privados para universalizar os serviços de água e esgoto até 2033.

Os decretos regulamentam a Lei 11.445/2007, alterada pela Lei 14.026/2020, que define as diretrizes para o saneamento no país. A norma estabelece que os serviços devem garantir abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo dos resíduos sólidos e drenagem

e manejo das águas pluviais de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente.

Entre as mudanças está o fim do limite de 25% para a realização de Parcerias Público-Privadas (PPP) pelos estados. "Com isso, busca-se ampliar a participação da iniciativa privada e atrair novos investimentos para o setor", explicou a Presidência, em comunicado.

Segundo o governo, a medida vai beneficiar 29,8 milhões de habitantes, que residem em 1.113 municípios. Pelas regras atuais, esses municípios tiveram seus contratos com os prestadores estaduais declarados irregulares e, portanto, não poderiam contar com ver-

bas federais para buscar a universalização.

"Os ajustes trazidos pelos novos decretos permitirão que 1.113 municípios voltem a acessar recursos de saneamento básico do governo federal para que cumpram a meta de universalização, dando nova oportunidade para que empresas estaduais possam comprovar sua capacidade econômico-financeira de realizar os investimentos", diz o comunicado.

O governo ressalta que todos os processos de comprovação e regularização terão uma "rigorosa fiscalização". "As agências reguladoras vão acompanhar o cumprimento das metas com transparência. Os que não cumprirem as metas se-

rão impedidos de receber recursos públicos", destacou o comunicado.

Outro importante ajuste, segundo a Presidência, está relacionado à prestação regionalizada. A lei exige que, para ter acesso a verbas federais, os serviços devem ser prestados de forma regionalizada, atendendo a mais de um município.

As novas regras prorrogam o prazo para a regionalização até 31 de dezembro de 2025. O prazo anterior se encerraria em 31 de março deste ano, o que deixaria outros 2.098 municípios, que ainda não estão regionalizados, também impedidos de acessar recursos federais para ações de saneamento.



VAGAS EM PATO BRANCO

Ajudante de cozinha
Assistente social
Atendente de lanchonete
Auxiliar de limpeza
Caixa (supermercado)
Instalador de sistemas fotovoltaicos
Instrutor de cursos livres (graduado em administração)
Marceneiro
Montador de estruturas metálicas
Operador de processo de produção
Vigia

Os interessados devem comparecer na Agência do Trabalhador, Travessa Santo Cola, 102, Baixada